



Ilustríssimo Senhor

EDUARDO LEITE

Governador do RS

Ref.: Propostas e reivindicações da agricultura familiar e camponesa em face da estiagem no RS.

As Organizações e Movimentos da Agricultura Familiar e Camponesa vêm, por meio do presente, solicitar a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS) a abertura de diálogo por conta da grave situação que vive hoje, em especial, a agricultura familiar do Estado do Rio Grande do Sul. O cenário no campo se agrava a cada dia e as medidas anunciadas pelo Governo Estadual, até o momento, são insuficientes diante da enorme estiagem e seus impactos.

Já são 401 municípios que decretaram situação de emergência. Milhares de famílias estão sem acesso à água. Vários rios estão em situação crítica e a falta de chuva atinge também as pastagens que somam perdas significativas. As lavouras de milho contabilizam os maiores danos até o momento, chegando a 90% de perdas em muitos lugares, seguido da soja, leite e produtos alimentícios.

Além do mais, o Governo Federal, até o momento, não anunciou nenhuma medida para ajudar a agricultura, mesmo as entidades tendo entregado uma pauta específica.

Por conta de todo o contexto posto, apresentamos aqui as ações que os movimentos entendem como de grande importância para o momento e solicitamos à ALERGS de imediato:

- a) Instalação de uma comissão externa na ALERGS com deputados, governo e entidades para debater a crise hídrica;
- b) Viagem pluripartidária a Brasília para negociar com o governo Federal o atendimento da pauta das entidades.

Pauta entregue ao Governador do Estado em janeiro solicitando:

- Decreto de Emergência para o Estado do RS por conta da estiagem;
 - Instalação do Comitê Estadual da Estiagem com participação de secretarias e órgãos do governo, Assembleia Legislativa, Organizações e Movimentos Populares do Campo;
 - Agilizar a aprovação do Crédito Emergencial Rural, por meio do PL 115/2021;
- Anistia das parcelas do FEAPER e FUNTERRA que vencem em 2022, bem como as parcelas de 2021 que não foram inclusas na resolução (RESOLUÇÃO FEAPER 008/2021);

- Operacionalização imediata dos R\$ 23 milhões do BNDES (recursos à fundo não retornáveis), referente ao Programa Camponês, cuja contrapartida já foi aplicada pelo Governo do Estado ainda em 2014, e até o momento não foi executado;

- Liberação de um crédito alimentar no valor de R\$ 3 mil por família para a Agricultura Familiar;

- Agilizar a liberação do Programa de Sementes Forrageiras;

- Retomada de uma política consistente e permanente de armazenamento de água e irrigação, a exemplo do Mais Água Mais Renda e do Irrigando a Agricultura Familiar.

- Governo Estadual pode abrir uma mesa de diálogo com o Governo Federal visando:

Pauta entregue ao Governo Federal (MAPA) em 12 de janeiro:

- Garantia no Abastecimento de Milho via Conab;

- Compra de leite em pó com o objetivo de retirar estoque do mercado;

- Crédito Emergencial de R\$20 mil por agricultor;

- Repactuação de todas as dívidas com 95 % de descontos;

- Regulamentação imediata da Lei Assis Carvalho.

- Manutenção do PROAGRO e PGPAF públicos.

- Ampliação do prazo de Zoneamento Agrícola;

Diante da necessidade e da importância da nossa proposta, agradecemos a atenção, nos colocamos à disposição para mais esclarecimentos e esperançosos em buscar alternativas.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2022.

Cordialmente



UNICAFES-RS



MST



COCEARGS



FETRAF



MPA



CONSEA-RS



MAB